

# Diário do Legislativo de 19/04/2008

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

1.1 - 29ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.2 - 19ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.3 - 20ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.4 - 28ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembléia Legislativa

1.5 - 29ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembléia Legislativa

1.6 - 30ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembléia Legislativa

1.7 - 31ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembléia Legislativa

1.8 - 32ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembléia Legislativa

1.9 - 33ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembléia Legislativa

1.10 - 17ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembléia Legislativa

1.11 - 18ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembléia Legislativa

1.12 - 19ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembléia Legislativa

1.13 - 20ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembléia Legislativa

1.14 - Reunião de Comissões

### 2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

### 3 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

### 4 - MANIFESTAÇÕES

### 5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### 6 - ERRATA

ATAS

Presidência dos Deputados Doutor Viana e José Henrique

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 2.293 a 2.298/2008 - Requerimentos nºs 2.230 a 2.243/2008 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos - Comunicações: Comunicações das Comissões de Meio Ambiente, de Saúde e de Turismo - Oradores Inscritos: Discursos dos Deputados Sargento Rodrigues, Domingos Sávio, Célio Moreira e Doutor Viana - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Palavras do Sr. Presidente - Comunicação da Presidência - Leitura de Comunicações - Requerimento do Deputado Domingos Sávio; deferimento; discurso do Deputado Domingos Sávio - Requerimento do Deputado Adalclever Lopes; deferimento; discurso do Deputado Getúlio Neiva - Encerramento - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr. - Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Agostinho Patrús Filho - Almir Paraca - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Bráulio Braz - Carlin Moura - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Chico Uejo - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Elisa Costa - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - Leonardo Moreira - Luiz Tadeu Leite - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Cesar - Rêmoló Aloise - Rômulo Veneroso - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Vanderlei Jangrossi - Zezé Perrella.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 14h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O Deputado Getúlio Neiva, 2º- Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - Não havendo correspondência a ser lida, a Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 2.293/2008

Declara de utilidade pública a Fundação de Amparo à Doença e à Pobreza, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Fundação de Amparo à Doença e à Pobreza, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 17 de abril de 2008.

Célio Moreira

Justificação: O objetivo deste projeto de lei é declarar de utilidade pública a Fundação de Amparo à Doença e à Pobreza, sem fins lucrativos, a qual tem por finalidade promover a reabilitação de pessoas doentes, a distribuição de alimentos, vestuários e remédios e a execução de ações de assistência à educação de crianças e adultos, por meio de cursos profissionalizantes ou não. No desenvolvimento de suas atividades, não faz distinção quanto à raça, à cor, ao sexo, à condição social, ao credo político ou religioso das pessoas assistidas e atende com base nos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade e da eficiência.

Insta pontuar que a Fundação se encontra em pleno e regular funcionamento há mais de um ano, sendo sua diretoria constituída de pessoas idôneas e não remuneradas pelas funções que exercem, atendendo, desta forma, aos requisitos legais.

Por ser justo, espero contar com o apoio dos nobres pares à aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

Projeto de Lei Nº 2.294/2008

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária dos Amigos do Bairro Ovídio Guerra, com sede no Município de Lagoa Santa.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária dos Amigos do Bairro Ovídio Guerra, com sede no Município de Lagoa Santa.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 17 de abril de 2008.

Eros Biondini

Justificação: A Associação Comunitária dos Amigos do Bairro Ovídio Guerra, com sede no Município de Lagoa Santa, é entidade sem fins lucrativos, de caráter representativo, reivindicatório, educativo e beneficente.

Com o propósito de lograr o bem-estar da população da região em que atua, estuda seus problemas e trabalha para solucioná-los, além de fomentar seu desenvolvimento social, cultural e econômico. Promove ações de proteção à infância, à maternidade, à velhice e ao deficiente, bem como nas áreas da educação, da cultura, do esporte e do lazer. Realiza cursos, inclusive o de alfabetização, palestras cívicas e culturais, campanhas beneficentes e de preservação ambiental.

Em apoio às necessidades gerais da comunidade, exerce a função de representá-la e defendê-la, além de coordenar sua participação democrática na vida municipal.

Diante do exposto, esperamos a anuência dos nobres Deputados a este projeto de lei, que pretende outorgar-lhe o título de utilidade pública.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.295/2008

Proíbe a realização de eventos de moda com modelos com índice de massa corpórea (IMC) abaixo de 18 Kg/m<sup>2</sup>.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica proibido no âmbito do Estado de Minas Gerais a realização de eventos de moda com modelos que possuam o índice de massa corpórea (IMC) inferior a 18 kg/m<sup>2</sup>.

Art. 2º - Por ocasião da realização do desfile, campanha ou evento de moda, as agências deverão apresentar à autoridade responsável os atestados individualizados que comprovem as condições de saúde física e mental dos modelos que participarão do evento sob sua responsabilidade.

§ 1º - Somente serão aceitos atestados cuja data seja inferior a quarenta e cinco dias da realização do evento.

§ 2º - Os atestados deverão conter informação sobre o Índice de Massa Corporal (IMC) do modelo.

Parágrafo único - O referido atestado deverá permanecer com os organizadores durante a realização do evento.

Art. 3º - Cabe às agências a responsabilidade pelo controle periódico da saúde física e mental dos modelos contratados.

Art. 4º - Poderá ser exigido, a critério da autoridade responsável, histórico contendo as avaliações periódicas relativas aos últimos oito meses anteriores à realização do evento, inclusive IMC.

Art. 5º - O descumprimento desta lei acarretará as seguintes sanções:

I - multa de R\$ 10.000 (dez mil reais);

II - multa de R\$ 50.000 (cinquenta mil reais) no caso de reincidência;

III- não-participação do modelo no evento.

Art. 6º - As multas previstas do artigo anterior deverão ser aplicadas cumulativamente ao organizador do evento e a agência do modelo.

Art. 7º - Em se tratando de empresa sediada no Estado de Minas Gerais a reincidência prevista no inciso II do art. 5º acarretará também cassação do alvará de funcionamento das respectivas empresas.

Art. 8º - Cabe à Secretaria Estadual de Saúde zelar pelo cumprimento da presente lei, designando fiscais para o acompanhamento dos eventos, bem como para a realização de visitas periódicas às agências, para averiguação do perfeito cumprimento do disposto.

Art. 9º - A presente lei será regulamentada pelo poder executivo no prazo de 90 (noventa) dias a contar da sua publicação.

Art. 10 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 17 de abril de 2008.

Fahim Sawan

Justificação: A recente morte da modelo Ana Carolina Reston Marcan, vítima de anorexia nervosa, é um grave alerta para este mal contemporâneo, que tem vitimado um grande e crescente número de adolescentes, boa parte modelos profissionais.

Isso ocorre devido à instituição de um padrão – ditado pela indústria da moda – que privilegia a extrema magreza como parâmetro de beleza e de elegância femininas.

Como é sabido, a quase totalidade das modelos iniciam-se na profissão com idade que varia de 12 a 14 anos, ainda em processo de formação física e mental e extremamente suscetíveis a todo tipo de sugestão. Some-se a isso a extrema competitividade dessa profissão e temos um quadro que induz essas adolescentes e jovens ao desenvolvimento da anorexia nervosa.

O índice de massa corpórea - IMC - é calculado dividindo-se o peso pela altura ao quadrado. Uma pessoa que pesa 55 kg e tem 1.70 m de altura, por exemplo, tem o IMC de 19.03 kg/m<sup>2</sup>. Especialistas em saúde das Nações Unidas recomendam que o IMC fique em torno de 18,0 kg/m<sup>2</sup> a cerca de 25 kg/m<sup>2</sup>. Para se ter idéia, a modelo Ana Carolina, quando faleceu, tinha IMC em torno de apenas 13 kg/m<sup>2</sup>.

Medidas semelhantes estão sendo adotadas em importantes centros do mundo da moda. O governo italiano assinou um termo de compromisso com suas associações mais importantes para controlar a presença de modelos menores de 16 anos e com IMC inferior a 18,5 kg/m<sup>2</sup>. Em setembro de 2006, o governo de Madri rejeitou modelos com IMC abaixo de 18 kg/m<sup>2</sup> nas passarelas da Semana da Moda de Madri. O governo argumentou que a indústria da moda tem a responsabilidade de difundir imagens de corpos saudáveis. Na Inglaterra, um estudo independente feito por especialistas sugeriu a proibição da presença de menores de 16 anos nos desfiles.

O mais grave é que as agências impõem padrões mas não assumem quaisquer responsabilidades verdadeiras na prevenção e no tratamento dos distúrbios que deles advém, relegando as modelos à própria sorte e eximindo-se totalmente nos casos mais graves que, como vimos, podem chegar à morte. É o que diz, por exemplo, a modelo e atriz Leticia Birkheuer: "O mercado exige que as meninas estejam magras e é claro que há muito exagero nisso. Mas é a agência, que tira a menina de 13 anos da casa do pai, que deveria ter cuidado com ela. Não conheço nenhuma agência que tome cuidado. Jogam a modelo num apartamento com mais modelos e ninguém vê se estão fazendo regimes loucos, usando drogas, chegando às 5 horas, se envolvendo com pessoas erradas (...)" ("Entrevista ao jornal "Folha de S. Paulo", em 19/11/2006).

Leonor Perez Pita, diretora da Semana da Moda de Madri, contrariando o que se esperava reagiu da seguinte forma, segundo a agência de notícias Reuters: "As restrições podem ser um enorme choque para o mundo da moda no começo, mas estou certa de que é importante no que diz respeito à saúde".

A exigência de que um atestado declare o IMC de cada modelo visa, portanto, assegurar o acompanhamento de possíveis indícios de desenvolvimento da anorexia nervosa ou a tendência a desenvolvê-la.

O presente projeto de lei visa, assim, contribuir para a prevenção da doença, cobrando das agências que cumpram com suas responsabilidades, investindo parte de seus lucros na garantia da saúde física e mental das modelos que pretendam trabalhar no Estado de Minas Gerais.

Evidentemente, a eficácia das medidas ora propostas está diretamente vinculada à capacidade de fiscalização do Poder Executivo, através da Secretaria de Saúde e outros órgãos.

A prevenção é a melhor estratégia para combater a anorexia e também a bulimia, pois quando essas patologias se instalam, a terapia torna-se complexa e o índice de cura baixo.

Esperamos que esta iniciativa encontre eco entre os nobres pares, para que possamos evitar novos casos como o da jovem modelo.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Saúde e de Fiscalização para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 2.296/ 2008

Declara de utilidade pública a Associação dos Catadores de Papel e Similares de Barbacena - Ascapasb -, com sede no Município de Barbacena.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Catadores de Papel e Similares de Barbacena - Ascapasb -, com sede no Município de Barbacena.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 17 de abril de 2008.

Lafayette de Andrada

Justificação: A Ascapasb é uma entidade sem fins lucrativos, com sede no Município de Barbacena. Tem como finalidade primordial apoiar e defender os interesses dos catadores de papel, papelão e similares, no tocante à criação de cooperativas, no combate à fome e à pobreza, na divulgação da cultura e do esporte, além de outras finalidades previstas em seu estatuto. A entidade funciona há mais de um ano, sua diretoria é composta por pessoas idôneas e não remuneradas, e seu estatuto está devidamente registrado em cartório.

Solicito, portanto, dos nobres pares a aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 2.297/2008

Declara de utilidade pública a Fundação Santa Teresinha - Lar dos Idosos, com sede no Município de Camanducaia.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Fundação Santa Teresinha - Lar dos Idosos, com sede no Município de Camanducaia.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 17 de abril de 2008.

Agostinho Patrús Filho

Justificação: O projeto de lei em apreço visa declarar de utilidade pública a Fundação Santa Teresinha - Lar dos Idosos, com sede no Município de Camanducaia. A instituição, de caráter beneficente, encontra-se em funcionamento regular há mais de um ano e, tem por finalidade estatutária a prática da caridade cristã no campo da assistência social e da promoção humana, por meio da realização de projetos de assistência especialmente direcionados à população idosa.

A Fundação oferece teto, calor humano, alimentação, assistência médico-hospitalar e odontológica, lazer e assistência educacional, buscando o bem-estar do público-alvo.

Tendo em vista o relevante interesse público envolvido, contamos com o apoio dos nobres pares à aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 2.298/2008

Altera a destinação prevista para o imóvel doado ao Município de Senhora dos Remédios, nos termos da Lei nº 16.311, de 7 de agosto de 2006, e revoga o parágrafo único de seu art. 1º e o art. 2º.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - A destinação prevista para o imóvel doado ao Município de Senhora dos Remédios nos termos da Lei nº 16.311, de 7 de agosto de 2006, passa a ser o funcionamento de área de lazer para a comunidade.

Art. 2º - O imóvel de que trata o art. 1º desta lei reverterá ao patrimônio do Estado, se, findo o prazo de cinco anos contados da publicação desta lei, não lhe tiver sido dada a destinação prevista.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Fica revogado o parágrafo único do art. 1º e o art. 2º da Lei nº 16.311, de 7 de agosto de 2006.

Sala das Reuniões, 17 de abril de 2008.

Agostinho Patrús Filho

Justificação: A Lei nº 16.311, de 2006, autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Senhora dos Remédios um terreno com área de 2.040m<sup>2</sup> situado na Rua Antônio Rodrigues Milagres, nesse Município.

Em seu parágrafo único, a proposição determina que esse imóvel deverá ser permutado por um terreno com área de 5.240m<sup>2</sup>, de propriedade de Eni Efigênia Milagres, situado no lugar denominado Vargas, também naquela municipalidade, para que nesse local seja construída uma unidade de saúde.

Ocorre que a Prefeitura julgou por bem adquirir o referido imóvel e nele construir a unidade de saúde; entretanto é de interesse da administração pública utilizar o imóvel doado pelo Estado para o desenvolvimento de atividades de lazer para a comunidade, especificamente para a construção de um parque infantil.

Assim, apresentamos esta proposição, que altera a finalidade do terreno doado e, em consequência, revoga, na citada Lei nº 16.311, o parágrafo único do art. 1º, que determina a permuta, e o art. 2º, que trata da reversão do imóvel ao patrimônio do Estado no caso de não-cumprimento da finalidade proposta.

Tendo em vista o relevante interesse público envolvido, contamos com o apoio dos nobres pares à aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 2.230/2008, do Deputado Doutor Viana, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso à Fhemig por seu 31º aniversário de fundação. (- À Comissão de Saúde.)

Nº 2.231/2008, do Deputado Doutor Viana, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso à Escola de Farmácia da Ufop por seu 169º aniversário de fundação. (- À Comissão de Educação.)

Nº 2.232/2008, do Deputado Doutor Viana, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso à Rádio Musirama por seu 28º aniversário de fundação. (- À Comissão de Transporte.)

Nº 2.233/2008, do Deputado Doutor Viana, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso ao Procon Estadual por seu 26º aniversário de fundação. (- À Comissão de Defesa do Consumidor.)

Nº 2.234/2008, do Deputado Doutor Viana, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso ao Hospital São João de Deus por seu 168º aniversário de fundação. (- À Comissão de Saúde.)

Nº 2.235/2008, do Deputado Carlin Moura, em que pleiteia sejam solicitadas à Secretária de Educação providências com vistas a que a Escola Estadual Ministro Miguel Mendonça, no Município de Contagem, seja atendida pelo Programa Escola Viva, Comunidade Ativa, no que se refere a reforma geral.

Nº 2.236/2008, do Deputado Carlin Moura, em que pleiteia sejam solicitadas à Secretária de Educação providências com vistas a que a Escola Estadual Ministro Miguel Mendonça, no Município de Contagem, seja atendida pelo Programa Escola Viva, Comunidade Ativa, no que se refere a reforma e ampliação da quadra poliesportiva.

Nº 2.237/2008, do Deputado Carlin Moura, em que pleiteia sejam solicitadas à Secretária de Educação providências com vistas a que a Escola Estadual Ministro Miguel Mendonça, no Município de Contagem, seja atendida pelo Programa Escola Viva, Comunidade Ativa, no que se refere a ampliação da rede física. (- Distribuídos à Comissão de Educação.)

Nº 2.238/2008, do Deputado Gilberto Abramo e outros, em que solicitam seja formulada manifestação de repúdio à afirmação do Deputado Federal Ciro Gomes, publicada no jornal "Folha de S. Paulo", de que a política em Minas é entabulada "por setores que representam a escória política", afirmação essa que julgam ofensiva à população da Capital e a toda a classe política mineira. (- À Comissão de Administração Pública.)

Nº 2.239/2008, da Comissão de Direitos Humanos, em que pleiteia sejam solicitadas ao Secretário de Transportes e Obras Públicas providências com vistas à celebração de convênio com a Federação das Empresas de Transportes de Passageiros de Minas Gerais - Fetran - para concessão de passe-livre aos portadores de deficiência e aos idosos. (- À Comissão de Transporte.)

Nº 2.240/2008, da Comissão de Direitos Humanos, em que pleiteia seja solicitada ao Juiz e ao Promotor de Justiça Militar da 2ª Auditoria Militar, bem como ao Juiz de Direito e ao Promotor de Justiça da Comarca de Alpinópolis, a adoção das medidas cabíveis em face da audiência pública realizada em reunião dessa Comissão, em 10/4/2008, com a finalidade de obter esclarecimentos sobre a morte do jovem Thiago Zanin de Lima.

Nº 2.241/2008, da Comissão de Direitos Humanos, em que pleiteia seja solicitada ao Corregedor da Polícia Militar e ao Ouvidor de Polícia do Estado a adoção das medidas cabíveis em face dos relatos feitos em reunião dessa Comissão, em 10/4/2008, relativos à atuação de policiais militares no câmpus da UFMG, em 3/4/2008. (- Distribuídos à Comissão de Segurança Pública.)

Nº 2.242/2008, da Comissão de Meio Ambiente, em que pleiteia sejam solicitadas ao Prefeito Municipal de Governador Valadares providências para a adequação ambiental do aterro sanitário municipal; para a construção de novo aterro, em local condizente, e para o cumprimento dos compromissos firmados com a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis - Ascanavi.

Nº 2.243/2008, da Comissão de Saúde, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os Srs. Marcus Pestana, Secretário de Saúde, e Paulo César Gonçalves de Almeida, Reitor da Unimontes, pela inauguração do Centro de Convivência do Idoso, entidade anexa ao Hospital Universitário dessa instituição; e com o Sr. Aloysio de Andrade Farias, Controlador do Grupo Alfa-SP, pelo apoio à saúde do idoso no País.

Da Comissão de Direitos Humanos em que solicita seja o Projeto de Resolução nº 716/2007 apreciado com a maior brevidade possível. (- À Mesa da Assembléia.)

- É também encaminhado à Mesa requerimento da Comissão de Direitos Humanos.

#### Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações das Comissões de Meio Ambiente, de Saúde e de Turismo.

#### Oradores Inscritos

- Os Deputados Sargento Rodrigues, Domingos Sávio e Célio Moreira proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Com a palavra, o Deputado Doutor Viana.

- O Deputado Doutor Viana profere discurso, que será publicado em outra edição.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

##### 1ª Fase

##### Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente - Não havendo outros oradores inscritos, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

#### Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que a prestação de contas do Tribunal de Contas do Estado relativa ao exercício financeiro de 2007 foi publicada em essencialidades no "Diário do Legislativo" de 16/4/2008 e distribuída em avulso aos Deputados hoje. A Presidência informa, ainda, que o prazo de dez dias para requerimento de informações ao Tribunal de Contas será contado a partir de amanhã, dia 18/4/2008, encerrando-se na segunda-feira, dia 28/4/2008.

#### Comunicação da Presidência

A Presidência informa ao Plenário que foram recebidos e aprovados, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 9, os Requerimentos nºs 2.242/2008, da Comissão de Meio Ambiente, e 2.243/2008, da Comissão de Saúde. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

#### Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Meio Ambiente - aprovação, na 9ª Reunião Ordinária, em 16/4/2008, do Requerimento nº 2.180/2008, da Comissão de Assuntos Municipais; de Saúde - aprovação, na 8ª Reunião Ordinária, em 16/4/2008, do Projeto de Lei nº 2.137/2008, do Deputado Eros Biondini, e do Requerimento nº 2.184/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; e de Turismo - aprovação, na 10ª Reunião Ordinária, em 16/4/2008, dos Requerimentos nºs 2.155/2008, do Deputado Ademir Lucas, 2.164 e 2.166/2008, do Deputado Doutor Viana, 2.179/2008, da Comissão de Transporte, e 2.186/2008, do Deputado Vanderlei Miranda (Ciente. Publique-se.).

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Domingos Sávio solicitando a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno. A Presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 15 minutos. Com a palavra, o Deputado Domingos Sávio.

- O Deputado Domingos Sávio profere discurso, que será publicado em outra edição.

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Adalclever Lopes solicitando a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno para, nos termos do seu § 1º, transferi-la ao Deputado Getúlio Neiva. A Presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 15 minutos. Com a palavra, o Deputado Getúlio Neiva.

- O Deputado Getúlio Neiva profere discurso, que será publicado em outra edição.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a extraordinária de terça-feira, dia 22, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária na mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

### ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 15/4/2008

#### Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata; discursos dos Deputados André Quintão e Antônio Júlio; aprovação - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado André Quintão; aprovação; verificação de votação; inexistência de quórum para votação; anulação da votação; renovação da votação do requerimento; aprovação; verificação de votação; inexistência de quórum para votação; anulação da votação; questão de ordem; chamada para a recomposição do número regimental; existência de quórum para a continuação dos trabalhos; prejudicialidade do requerimento - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.096/2008; discurso do Deputado Antônio Júlio; questão de ordem - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr. - Ademir Lucas - Agostinho Patrús Filho - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bráulio Braz - Carlin Moura - Carlos Pimenta - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Durval Ângelo - Elisa Costa - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Irani Barbosa - Jayro Lessa - João Leite - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rômulo Veneroso - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sebastião Costa - Walter Tosta - Wander Borges - Zé Maia.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 20h3min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### 1ª Parte

#### Ata

- O Deputado Fahim Sawan, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior.

O Sr. Presidente - Em discussão, a ata. Com a palavra, para discutir, o Deputado André Quintão.

O Deputado André Quintão - Sr. Presidente, foi lido na ata que a Deputada Elisa Costa, nossa Líder, transferiu a palavra pelo art. 70 para que fizéssemos um pronunciamento, que consta dos anais da Casa. Todavia, no momento do pronunciamento, não tínhamos ainda acesso a uma importante decisão tomada hoje pela Comissão Executiva Nacional do PT. Então, rapidamente, para agregar ao debate definido com a leitura da ata, vou ler a resolução. Quería a atenção dos Deputados e das Deputadas.

Hoje, à tarde, a Executiva Nacional do PT aprovou, por 11 votos contra 1, a seguinte resolução a respeito do encontro municipal de Belo Horizonte, no dia 13, o qual teve oportunidade de abordar desta tribuna. (- Lê:)

"A Comissão Executiva Nacional entende que a resolução aprovada pelo Encontro Municipal de Belo Horizonte, em 13/4/2008, está em desacordo com as diretrizes da política de alianças definidas pelo Diretório Nacional para as eleições municipais deste ano na medida em que afirma a construção de uma candidatura que tem por base um consenso com o PSDB e a participação deste Partido na coligação que irá disputar a Prefeitura da Capital mineira. A diretriz aprovada no DN, em 24/3/2008, prevê que coligações com partidos de fora da base aliada do governo Lula - em capitais, cidades com mais de 200 mil habitantes e naquelas com horário eleitoral na TV - devem ser submetidas à aprovação desta Comissão Executiva Nacional. Tal entendimento deve ser imediatamente comunicado ao Diretório Municipal de Belo Horizonte e ao Diretório Estadual de Minas Gerais, solicitando a este último uma posição formal sobre o assunto e reafirmando que a decisão de Belo Horizonte depende de posterior deliberação da instância nacional. A CEN irá reunir-se no próximo 24 de abril para ouvir as partes e deliberar. Comissão Executiva Nacional do PT. Brasília, 15/4/2008".

Portanto está vetada a decisão do Encontro Municipal do PT do dia 13 até que se tenha uma nova decisão da Executiva Nacional no dia 24 de abril para ouvir as partes e deliberar. Gostaria de agregar essa informação ao pronunciamento feito na tarde de hoje. Obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir, o Deputado Antônio Júlio.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, mesmo entendendo que a ata é um resumo sucinto do que ocorreu hoje à tarde, gostaria que dela constasse o meu pronunciamento. Quando o Sr. Ciro Gomes veio a Belo Horizonte, na semana passada - e foi este o discurso que não constou da ata -, ele chamou aqueles que não acompanham o Governador e o Prefeito Pimentel de escória da política. E hoje vemos que a Executiva Nacional do PT esteve e está do lado do Ministro Patrus Ananias, que foi chamado pelo Ciro Gomes de escória da política, como homem safado, homem que negocia; ladrões, como ele disse.

Sr. Presidente, se fosse possível, gostaria que pelo menos parte da minha fala constasse da ata, e não apenas da publicação, porque esse foi um pronunciamento que nós, políticos, estamos aceitando. A maioria não está nem aí; como se não tivesse acontecido com os políticos de Minas Gerais, como se o Ciro Gomes não estivesse em Minas Gerais, ao lado do Governador. Disse que aqueles que não comerem na mão do Governador, aqueles que não comerem na mão do Pimentel são a escória da política. Isso me deixou bastante decepcionado, porque vejo o trabalho, principalmente, da grande Liderança do PT, que, para mim, em Minas Gerais, é de Patrus Ananias, e ele não pode ser taxado de escória da política. Isso não podemos aceitar, e o PT está sendo omissos nessa discussão. O PT deveria estar aqui, defendendo o Patrus Ananias, o Rogério Correia, o próprio André Quintão. Porque não somos escória da política. Somos homens da política, somos homens políticos que tomamos decisões e temos posições. Infelizmente, no processo que se instalou em Minas Gerais, na ditadura, na mordada da imprensa, na falta de liberdade, não há mais o direito de se manifestar, porque quem assim o fizer é considerado Oposição. Isso vai matar todos os políticos que aqui estão. Ou nós reagimos a esse processo que se instalou em Minas Gerais ou estaremos fadados ao fracasso. O parlamento está sendo engolido pela Polícia Federal, que invadiu esta Casa, e não houve manifestação pública.

A Polícia Federal prende Prefeito sem nenhum embasamento legal, e nós, políticos, estamos calados. O Judiciário emitiu mandado de prisão contra esses Prefeitos equivocadamente, como decidiu a Corte do Tribunal Federal, e também não nos manifestamos, porque isso não está nos afligindo nem a um nosso companheiro, um nosso amigo. Então, isso não nos interessa.

Sr. Presidente, vários Deputados nem se interessaram pelo que disse hoje à tarde. Essa tem sido a prática na Casa. Você faz o discurso, e ninguém presta atenção, ninguém discute projeto, e as coisas vão acontecendo da forma como o governo quer. A fala do Ciro Gomes ao lado do Governador é grave, é um desrespeito ao povo e aos políticos mineiros. Vamos ficar calados mais uma vez? Ele disse talvez o que o Governador pediu que dissesse ou talvez ele tenha sido iludido pelo Governador que será o próximo Presidente da República, com o seu apoio. Pelo visto, o Governador terá de apoiar uns 50 candidatos a Presidente e uns 300 candidatos a Prefeito em Belo Horizonte. E vai acontecer como ocorreu na discussão sobre o Vice-Governador deste mandato, quando só aqui na Assembléia havia uns 70 Deputados esperando para ser Vice-Governador dele. Ele falou e todo mundo acreditou que seria Vice do Aécio. E o próprio Ciro Gomes vem aqui também, achando que será ungido e benzido pelo Governador e que vai transformar a Presidência. Com isso, desrespeitou o povo mineiro.

Se for possível, Sr. Presidente, que isso conste na ata lida agora. Sei que estará na publicação, mas faço este apelo a V. Exa., porque isso fará parte da história deste Parlamento, podem ter certeza. Eu gostaria que isso fosse inserido na ata, para que, em pouco tempo, faça parte de uma história muito presente da política mineira.

O Sr. Presidente - Esgotado o prazo destinado a esta parte e não havendo retificação a ser feita na ata, dou-a por aprovada.

## 2ª Parte (Ordem do Dia)

### 2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

### Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado André Quintão solicitando a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 2.162/2008 seja apreciado em segundo lugar e que os Projetos de Lei nºs 1.583, 1.673, 1.674, 1.675, 1.682 e 1.806/2007 e o Projeto de Lei Complementar nº 37/2007 sejam apreciados em último lugar, nessa ordem, entre as matérias em fase de votação. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado Antônio Júlio - Verificação de votação, Sr. Presidente.



O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico; para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que não registraram sua presença no painel, que o façam neste momento.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Deputado Ademir Lucas - Sr. Presidente, votei "sim". Não consegui registrar meu voto.

O Sr. Presidente - Está computado o voto. Votaram apenas 31 Deputados. Portanto, não há quórum para votação. A Presidência a torna sem efeito e vai renovar a votação. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, verificação de votação, por favor.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico; para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que não registraram sua presença no painel, que o façam neste momento.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram 34 Deputados; portanto não há quórum para votação. A Presidência a torna sem efeito. A Presidência, nos termos do § 6º do art. 249 do Regimento Interno, solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição de quórum.

#### Questão de Ordem

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, não tenho nenhuma objeção à recomposição de quórum, mas o painel é muito claro: já definiu quantos Deputados estão presentes aqui. Então não vejo motivo para recomposição de quórum, já que houve duas votações e não obtivemos a votação mínima necessária, ou seja, 39 Deputados. Creio que poderíamos continuar a discussão, pois não há justificativa para a recomposição do quórum neste momento. O painel é muito claro, a não ser que não esteja funcionando adequadamente nesta noite.

O Sr. Presidente - A Presidência informa ao Deputado Antônio Júlio que está apenas cumprindo o Regimento Interno em seu art. 249, § 6º, que diz: "Ocorrendo falta de quórum durante a votação, será feita chamada, registrando-se em ata os nomes dos presentes". Com a palavra, o Sr. Secretário, para proceder à chamada dos Deputados para a recomposição do quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Alencar da Silveira Jr.) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 38 Deputados. Portanto, não há quórum para a votação, mas há para a continuação dos trabalhos, motivo pelo qual a Presidência declara prejudicado o requerimento de inversão de pauta do Deputado André Quintão.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.096/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID - destinada ao financiamento do Programa de Universalização do Acesso a Serviços de Telecomunicações em Minas Gerais - Minas Comunica - e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, o Deputado Antônio Júlio.

O Deputado Antônio Júlio\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, mais uma vez, Deputado João Leite, estamos votando o mesmo projeto: empréstimo do BID. Há 15 anos fazemos isso.

Só que agora existe uma desculpa, que é o Minas Comunica. Acho que a Assembléia tem de ter um posicionamento, não sei se contra o edital que criou esse Minas Comunica. O governo está investindo nessa companhia. Nos locais em que essa companhia instala o Minas Comunica, só pega o telefone da companhia. Se você tiver um telefone da Telemig, agora Vivo, e for a uma região em que a Oi ganhou a concorrência, lá só funciona o telefone da Oi. Então precisamos discutir o edital ou discutir esse processo com a Anatel, que disse que isso não pode acontecer, mas está acontecendo. O governo está injetando mais uns mil réis nessa companhia.

O Deputado Irani Barbosa (em aparte)\* - Deputado Antônio Júlio, quero corroborar o que V. Exa. está dizendo. Peço que permita o meu aparte, que é quase uma intromissão.

Estive na cidade de Dom Silvério na semana em que foi instalada a telefonia, por meio de concorrência pública, pela empresa Claro. Lá só pega o telefone da Claro; o resto do pessoal está incomunicável. O interessante é que o dinheiro público serve para beneficiar empresas que vão arrecadar fortunas, mas fazendo reserva de mercado, porque colocam o telefone da Claro e só ele pega, até todos comprarem, depois abrirão para as outras operadoras. É um absurdo o que se faz com o dinheiro público em Minas Gerais. É uma sacanagem o que se faz com o cidadão. Todas as outras cidades estão da mesma forma.

O Deputado Antônio Júlio\* - É nessa lógica que estou dizendo. Fui a Rio Preto na semana passada, para uma audiência da Assembléia Legislativa, e lá também só pega a Claro. Queríamos falar com a Assembléia, mas não conseguimos porque não tínhamos telefone da Claro.

E agora, Deputado Djalma Diniz, o governo está pedindo para injetar, porque aqui começam os erros grosseiros, apenas US\$50.000.000,00. Só mais US\$50.000.000,00. Entendo que esse projeto não poderia estar tramitando em dólar. Não podemos autorizar transações em dólar, temos que transformar em reais e aprovar em reais. Aí fica a dúvida sobre esse projeto, que é um dos mais avançados do governo do Estado na intenção, mas não está funcionando. Estamos vendo isso e ficamos calados. Acho que a Anatel tem que vir aqui explicar isso. A Secretaria de Desenvolvimento também tem de vir aqui explicar por que uma empresa ganhou a concorrência durante um ano e só podemos usar o telefone daquela empresa, mas sabemos que existe uma resolução da Anatel que proíbe o bloqueio de telefones. Não podem mais bloquear os telefones, mas essas empresas que receberam as benesses do governo para fazer esse projeto, para levar a telefonia a todos os Municípios de Minas Gerais, receberão apenas mais US\$50.000.000,00. Pelo que temos visto, informado pelo próprio governo, o Minas Comunica está praticamente encerrado, mas estão pedindo pelo menos mais R\$80.000.000,00.

Esta é a discussão que a Assembléia precisa fazer. Precisamos ter as informações porque estamos sempre autorizando empréstimos. Sei que a maioria não se concretizou e nem se concretizará porque as informações que o governo passa para os organismos internacionais não são a realidade das finanças do Estado de Minas Gerais. Todos nós sabemos disso. Agora estamos vendo essa aprovação. Concedo um aparte ao Deputado Paulo Guedes.

O Deputado Paulo Guedes (em aparte) - Parabenizo o Deputado Antônio Júlio por discutir esse projeto de grande importância para todo o Estado de Minas Gerais.

Acrescento ao discurso de V. Exa. que o Projeto Minas Comunica comunica, mas nem tanto, e explicarei o motivo disso.

As antenas que estão sendo instaladas nas cidades que estão recebendo benefícios não têm a mesma potência das antenas instaladas há 10 ou 15 anos. Na cidade de Manga, por exemplo, a Telemig Celular tem sinal há mais de 10 anos. A antena inaugurada cobre um raio de 30km, 40km no Município. Nessa distância, consegue-se usar o telefone celular. No entanto, quanto às antenas instaladas agora, se sairmos 2km da sede do Município, não conseguiremos nos comunicar. O sinal é muito restrito, abrange uma área muito pequena. Então, acho que cabe a esta Casa procurar saber como é o contrato, se realmente estabelece que o sinal se restringirá à cidade, e não se estenderá ao seu redor. As cidades que ganharam telefonia celular antes desse projeto receberam antenas com potencial muito mais forte que as que estão sendo contempladas agora. O sinal dessas só pega mesmo na sede do Município. Se nos afastamos 2km, não há mais sinal. É essa a contribuição que gostaria de dar.

O Deputado Antônio Júlio\* - Obrigado, Deputado Paulo Guedes. É essa a discussão que precisamos fazer. Será que o Minas Comunica é uma rádio comunitária? Daqui a uns dias haverá o Minas Comunica na pirataria. Alguém montará uma torre. Dizem que isso já existe: compram-se alguns cartões meio pirateados, com que se consegue falar.

Esse projeto Minas Comunica, na verdade, é um projeto comunitário, como se fosse uma rádio comunitária, em que só se fala no perímetro urbano das cidades que estão sendo "beneficiadas", porque, se se vai a uma determinada região, para se fazer comunicar é preciso comprar um "chip" da companhia, ou não se conseguirá comunicar.

#### Questão de Ordem

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, isso é tão grave que gostaria que V. Exa. encerrasse esta reunião por falta de quórum. Essa é uma discussão que merece ter pelo menos 40 Deputados presentes. Sei que os Deputados estão descrentes, tristes, magoados, principalmente depois que o Ciro Gomes chamou aqueles que não comem na mão do governo de escória da política; parece que se abateu sobre todos aqui um descrédito muito grande. Gostaria que V. Exa. me desse um tempo na próxima reunião, porque nesta não há quórum nem para fazer este pronunciamento, que gostaria que fosse aparteado várias vezes, para que possamos achar uma solução e cobrar das empresas de telecomunicações respeito nesse investimento que o Estado está fazendo e que não está resolvendo o problema como, talvez, o Governador quisesse. Mandar mais 80 milhões para eles merece ter um quórum mais qualificado.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as extraordinárias de amanhã, dia 16, às 9 horas e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

\* - Sem revisão do orador.

### ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 16/4/2008

#### Presidência dos Deputados Doutor Viana e José Henrique

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; aprovação; verificação de votação; inexistência de quórum para votação; anulação da votação; questão de ordem; chamada para recomposição do número regimental; existência de quórum para votação; renovação da votação do requerimento; aprovação - Prosseguimento da votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 342/2007; aprovação com as Emendas nºs 1 a 4 - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.828/2007; aprovação - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.162/2008; aprovação; declarações de voto - Questões de ordem - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr. - Ademir Lucas - Agostinho Patrús Filho - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bráulio Braz - Carlin Moura - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Durval Ângelo - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - João Leite - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rémolo Aloise - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Vanderlei Jangrossi - Walter Tosta - Wander Borges - Zé Maia.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 9h13min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### 1ª Parte

#### Ata

- O Deputado André Quintão, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

#### Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - **Vem à Mesa requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva**, solicitando a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 1.828/2007 seja apreciado em 2º lugar e o Projeto de Lei nº 2.162/2008, em 3º lugar, entre as matérias em fase de votação. **Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.**

**O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, verificação de votação.**

**O Sr. Presidente - É regimental.** A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel eletrônico que o façam agora.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram apenas 28 Deputados. Portanto, não há quórum para a votação. A Presidência a torna sem efeito.

#### Questão de Ordem

O Deputado Luiz Humberto Carneiro - Sr. Presidente, solicito recomposição de quórum.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para recomposição de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Tiago Ulisses) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Responderam à chamada 40 Deputados. Portanto, há quórum para votação. A Presidência vai renovar a votação do requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Prosseguimento da votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 342/2007, do Deputado Doutor Viana, que estabelece diretrizes para facilitar o acesso de pessoa portadora de deficiência física, visual ou com mobilidade reduzida em espaço público no Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3 apresentadas pela Comissão de Justiça, e com a Emenda nº 4, que apresenta. A Presidência vai renovar a votação do projeto. Em votação, o projeto, salvo emendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas nºs 1 a 4. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 342/2007 com as Emendas nºs 1 a 4. À Comissão do Trabalho.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.828/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem - DER-MG - a doar ao Município de Ouro Fino o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.162/2008, do Deputado Vanderlei Miranda, que acrescenta parágrafo ao art. 12 da Lei nº 14.870, de 16/12/2003, dispondo sobre a qualificação de pessoa jurídica de direito privado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Administração Pública.

#### Declarações de Voto

O Deputado André Quintão - Sr. Presidente, esse projeto faz parte de um acordo feito entre a base do governo e a Oposição, para que seja aperfeiçoada a legislação que trata das Oscips no Estado. No final do ano passado, esta Casa analisou um projeto de lei do Deputado Vanderlei Miranda, com um substitutivo apresentado e construído pelo governo, flexibilizando-se as regras de habilitação e aprovação das Oscips. Essas regras continham alguns mecanismos com os quais discordávamos e discordamos, como, por exemplo, o critério de substituição do tempo de existência da entidade pelo tempo de experiência de um dos integrantes da Oscip, para efeito de habilitação. Posicionamo-nos contrariamente a esse dispositivo, mas o governo, para evitar uma obstrução da nossa parte, incluiu a ressalva de que nesses casos haveria a necessidade da aprovação por 2/3 dos membros de Conselhos de Políticas Públicas da área respectiva em que a Oscip atua. No final do ano passado, por uma questão técnica, esse mecanismo foi votado, e, portanto, não havia nenhum entrave para um controle social maior nessa situação. O veto veio a Plenário e foi mantido, desde que um projeto de lei repactuasse as posições, consolidando-se novamente a presença dos conselhos de controle social nessas situações. O projeto hoje aqui votado, do nobre Deputado Vanderlei Miranda, estabelece exatamente esse dispositivo: nos casos em que a habilitação e a qualificação sejam realizadas com base na experiência do dirigente, necessariamente deverá haver a aprovação por 2/3 dos membros dos Conselhos de Políticas Públicas.

Sr. Presidente, após votar esse projeto, voltamos a apresentar um apelo ao governo e à base do governo, para que avance nas negociações em torno do projeto de lei que trata dos servidores da Fhemig. Hoje, na política pública de saúde, há um movimento nacional em defesa da jornada de 30 horas para os profissionais ligados à carreira de enfermagem. Há um projeto de lei, já em fase avançada, a ser votado no Congresso Nacional, mas, infelizmente, na contramão do que hoje defendem os movimentos sindicais, o governo do Estado apresenta um projeto para ampliar essa jornada de trabalho para 40 horas em Minas. Essas pessoas recebem de R\$380,00 a R\$400,00, ou seja, salários baixos.

Infelizmente, a postura é de nenhuma flexibilidade para a negociação. O projeto, no seu conjunto, prevê até algum nível de reajuste para os servidores da saúde; muito pouco, diga-se de passagem. Há reajuste de 3%, 5%, 8% numa base salarial de R\$400,00. Analisem o impacto, no bolso do trabalhador da saúde, de um reajuste de 3%, 4%, com base num salário de R400,00. É importante que esse projeto tramite, até para desobstruir a pauta e a tramitação dos demais projetos do governo. Já temos mais de três semanas e meia de negociação, e até hoje não há nenhuma novidade do ponto de vista objetivo de acolhimento das emendas do Bloco PT-PCdoB. Fica aqui, então, esta solicitação, ressaltando

que a Oposição tomou a seguinte decisão: obstrução seletiva, inteligente. Votamos o que é de Deputado e Deputada, até para não prejudicar os Deputados da base do governo, mas estaremos em processo de obstrução a projeto do governo sem negociação dos pontos levantados pela oposição. Muito obrigado.

O Deputado Carlin Moura - Sr. Presidente, também consideramos importante a votação, em 1º turno, do projeto do Deputado Vanderlei Miranda, no que diz respeito à regulamentação das Oscips, especialmente sobre o tempo de existência, substituindo-se pelo tempo de experiência do dirigente o tempo da entidade. Esse é um avanço, mas o problema central ainda continua na figura das Oscips. A figura jurídica Oscip precisa de um controle maior por parte da sociedade civil e do poder público. Quando se propõe a aprovação por dois terços dos Conselhos de Políticas Públicas, há um avanço, sem dúvida, mas ainda não resolve toda a questão. É importante que esse projeto do Deputado Vanderlei Miranda tenha uma tramitação mais acelerada, porque o projeto do Governador foi aprovado, e posteriormente houve o veto referente a esse artigo. Logo, a lei está em vigor. Quanto mais demorarmos para votar esse projeto do Deputado Vanderlei Miranda, maior será a vigência do período de vacância, o que, em tese, pode ser utilizado por aqueles que usam a figura das Oscips distorcendo seu papel.

Por que abordo esse problema, Sr. Presidente? Pode parecer que estou discutindo em tese certas questões, mas, na verdade, há uma preocupação muito concreta. Cito, como exemplo, o que foi feito com a Orquestra Sinfônica de Minas Gerais. Com o intuito de melhorar sua situação, uma Oscip, com uma visão distorcida, criou uma outra orquestra, que é a Osemg - Orquestra Sinfônica do Estado de Minas Gerais. Esse é um caso típico de distorção e mau uso da figura das Oscips. Essa Osemg vem mudar a função pública que a Orquestra Sinfônica de Minas Gerais cumpria. Servidores públicos da Orquestra Sinfônica de Minas Gerais estão sendo substituídos, por meio de audição pública, trazendo-se até músicos do exterior. Estão substituindo a nossa Orquestra Sinfônica legítima pela da Oscip, que é a Osemg. Um instituto cultural criaria essa outra orquestra sinfônica.

É muito preocupante a situação das Oscips em Minas Gerais. É preciso uma legislação mais rigorosa sobre isso, para impedir que pessoas mal-intencionadas, que desvirtuaram o papel das Oscips, venham a agir em Minas Gerais. É de vital importância a regulamentação da matéria e um controle mais efetivo sobre essas instituições, ressaltando que existem, sem dúvida, muitas instituições sérias em Minas que complementam o papel do Estado. O que não podemos permitir nem compactuar é que as Oscips venham substituir a função essencial do poder público, especialmente do Estado de Minas Gerais. Não podemos permitir que as Oscips sejam utilizadas para privatizar o serviço público de Minas Gerais. No caso da Orquestra Sinfônica, por exemplo, foi criada um Oscip com o objetivo de captar verbas para ajudá-la. Mas, na verdade, a verba está saindo do próprio poder público, porque estão previstos no orçamento R\$2.000.000,00 para ajudar essa Oscip. Ou seja, criou-se uma Oscip para captar dinheiro do setor privado, mas, na verdade, ela está pegando dinheiro público para destruir a Orquestra Sinfônica, para tirar o emprego daqueles que fizeram concurso público e para acabar com o seu papel. No domingo passado, estive no Parque Municipal numa atividade da Orquestra Sinfônica de Minas Gerais, quando esse fato foi devidamente esclarecido para a população. Temos recebido enorme quantidade de "e-mails" de mineiros e mineiras que estão estarelecidos com essa situação. Portanto, é essencial que haja um controle mais efetivo das Oscips em Minas Gerais. A sigla Oscip está nos preocupando muito porque é o instrumento mais efetivo que o governo está utilizando para privatizar o Estado de Minas Gerais.

#### Questões de Ordem

O Deputado Leonardo Moreira - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos acompanha pela TV Assembléia, bom-dia. Sr. Presidente, vou procurar pontuar o meu pronunciamento nesta questão de ordem em dois momentos. O primeiro, como não poderia deixar de ser diferente - e fazendo justiça -, é para parabenizar, mais uma vez, o Governador Aécio Neves como um dos governantes que mais investe no sistema de segurança pública em toda a América do Sul. Investe na criação de novas vagas no sistema penitenciário, no aparelhamento das nossas forças de segurança pública, na valorização dos profissionais das Polícias Civil e Militar e do sistema penitenciário. O segundo, Sr. Presidente, é dizer que, por outro lado, existe uma peça com defeito nesse caminho: o Subsecretário de Administração Prisional, Sr. Genilson Zeferino. Quero ressaltar, Sr. Presidente e todos os presentes e telespectadores, que essa é uma crítica, uma observação, que me confere o art. 62 da Constituição Estadual, de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluindo os da administração indireta. Todos sabemos das dificuldades por que o homem público, aquele que des envolve o seu trabalho com seriedade, vem passando ao longo dos tempos, especificamente nos últimos dias. Hoje, Sr. Presidente, não há mais separação do joio e do trigo, todos somos alçados ao mesmo cesto, ao mesmo balaio. Isso causa-me um pesar. Se temos um governo, um Estado que valoriza a segurança pública, que investe, que reconhece e que dá retorno à sociedade, no meio dessa engrenagem, temos, na Subsecretaria de Administração Penitenciária, uma pessoa de cuja honestidade e seriedade, não quero fazer reparos, mas, sim, de sua competência e preparo para exercer essa função. Quando era membro da Comissão de Segurança Pública, formulamos alguns requerimentos e os encaminhamos, achando que seria o meio legal para solicitar informações, conforme dispõe a Constituição Estadual, sobre a lotação dos Agentes Penitenciários, os seus respectivos locais de trabalho, bem como nome, cidade e função exercida no local de trabalho, e ainda sobre o grau de instrução dos Diretores-Gerais de penitenciárias. Causa um profundo pesar saber que, de aproximadamente 42 unidades prisionais que temos em nosso Estado, em 27 delas, pelo menos, temos Diretores que não cumprem o pressuposto da Lei nº 11.404, de Execuções Penais, em seu art. 190. Ou seja, eles não têm diploma de nível superior de Direito, Psicologia, Pedagogia ou Ciências Sociais. Sr. Presidente, não me cabe contestar a lei. Se a lei é errada, se esses requisitos não servem de embasamento para que uma pessoa desenvolva os seus trabalhos frente a uma unidade prisional, que se mude a lei. Mas, se a lei existe, que seja cumprida a lei. Diante desses fatos, gostaria de deixar público que foram pedidos à Secretaria da Defesa Social, por intermédio do nosso Subsecretário, Genilson Zeferino, os dados do Convênio nº 59, de 2003, que dispõe sobre a aquisição e a instalação de sistema de bloqueio de celular para a Penitenciária Nelson Hungria, no valor de R\$1.168.000,00. Temos conhecimento, e é esse o motivo do requerimento, que esse equipamento nem sequer foi instalado e que o convênio foi cumprido. Gostaríamos de saber sobre a destinação desses R\$1.168.000,00. A Subsecretaria achou por bem não nos dar uma justificativa. Sr. Presidente, em audiência pública em que o nosso Subsecretário esteve presente, não houve nenhuma hostilidade, sim, a busca de informações para esclarecer essas questões. Tivemos notícia, à época, pelo próprio Secretário de Administração Penitenciária, que detectores de metais seriam comprados para essas unidades prisionais. Formulamos requerimento para saber das empresas que participariam do certame, quais seriam os equipamentos adequados tecnologicamente para que fizessem essa detecção de metais. Achamos muito importante essa atitude, mas estávamos apenas com a intenção de obter informações para que pudéssemos colaborar de alguma maneira nesse processo, com as nossas sugestões, mas, até hoje, não obtivemos resposta, o que nos leva a uma atitude mais drástica, mais pesarosa, mas que defenderei, porque fui eleito para fazer isso pelo povo mineiro, para saber dos seus interesses, para legislar e fiscalizar. Resta-me, Sr. Presidente, comunicar que, na data de hoje, estou formulando um requerimento para criarmos uma CPI do nosso sistema penitenciário, uma vez que informações não estão sendo passadas via requerimento oficial. Sr. Presidente, agradeço a complacência e a educação de V. Exa. por me deixar terminar o meu pronunciamento. Faço também a minha homenagem pela brilhante condução dos trabalhos que V. Exa. tem tido à frente desta Casa. Muito obrigado.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, ouvi atentamente a manifestação do Líder, Deputado Leonardo Moreira. Ele trata de uma questão importante para todos, mas não poderia deixar de dar o meu testemunho do trabalho do Prof. Genilson Zeferino, Subsecretário de Administração Prisional. O Sr. Genilson Zeferino é professor universitário, membro da Anistia Internacional. Ele recebe todo o reconhecimento dos movimentos de direitos e garantias fundamentais. É alguém com uma trajetória irretocável como mestre, como professor e, à frente da Subsecretaria de Administração Prisional, vem dando sua contribuição ao Estado de Minas Gerais. Eu, colego por muitas vezes do Prof. Genilson em diversas comissões e conselhos de defesa do ser humano, devo manifestar-me em relação a esse servidor público. Aliás, quero dizer que, nesse momento, por iniciativa do Prof. Genilson, temos um curso superior de gestão penitenciária. A maioria dos Diretores de unidades prisionais, penitenciárias, em Minas Gerais, estão participando de um curso superior de gestão penitenciária. Sei bem disso, porque fui um dos que esteve presente na universidade para a primeira aula desse curso. Junto ao nosso Juiz da Vara de Execução Criminal, Dr. Herbert Carneiro, que também confia no nosso Subsecretário Genilson Zeferino, proferi uma das primeiras aulas. Nosso Líder, Deputado Leonardo Moreira, traz algumas questões e insatisfações em relação às respostas. Posso dar uma contribuição, já que esta Casa, em 1997, realizou uma CPI do Sistema Penitenciário. Na época, o sistema penitenciário em Minas Gerais contava 2.300 presos. Hoje, só o sistema penitenciário, sem contar a Polícia Civil, está próximo de 24 mil presos. Atualmente o que ouvimos da Polícia Civil e daqueles que fazem parte do sistema é que temos, sem dúvida, uma gestão exemplar do sistema penitenciário em Minas Gerais. Recentemente, vimos como a Subsecretaria de Administração Prisional recebe tantas demandas. Ela também é a responsável pelos presos federais. Quando a Polícia Federal efetua algumas prisões, os

presos ficam sob a responsabilidade dessa Subsecretaria, pois não há penitenciárias federais no Estado. Então, o Prof. Genilson vem gerindo bem essa máquina com todas as dificuldades que conhecemos. Foram apresentados à Assembléia Legislativa os números que o governo do Estado tem investido no sistema penitenciário, na segurança, e foi também mostrado como este mesmo governo não tem recebido recursos federais para gerir o sistema. Recentemente, a CPI Carcerária da Câmara dos Deputados esteve aqui e constatou que havia uma unidade que não trazia segurança à população e tratava os presos de forma inaceitável, e essa unidade já foi fechada: o 3º DP de Contagem. Há todo um esforço. Permanentemente o Dr. Genilson recebe os presos que estavam sob a custódia da Polícia Civil. Ainda há 15 mil presos nessa condição que, aos poucos, serão transferidos para o sistema penitenciário. Portanto, Sr. Presidente, temos uma situação que foi levantada pelo Líder Deputado Leonardo Moreira. Com certeza, o Dr. Genilson dará todas as informações ao Deputado membro da Comissão de Segurança Pública desta Assembléia, que está sempre atento a essa questão da segurança. Há uma semana, participei de reunião com o Secretário de Defesa Social, Dr. Maurício Campos, que trouxe relatório das compras para o sistema carcerário. O governo adquiriu dois aparelhos de raios X. Sr. Presidente, respeitando a manifestação do Líder, Deputado Leonardo Moreira, nesta Assembléia e em Minas Gerais, deveríamos reconhecer o esforço desse servidor público, desse professor, que deixou a lida da sala de aula para emprestar seu vasto conhecimento, seu reconhecimento internacional por todo trabalho realizado na Anistia Internacional para o sistema penitenciário. Deveríamos reconhecer o esforço do governo de Minas Gerais e do Prof. Genilson Zeferino, que cuidam até dos presos federais. Há grande número de presos denunciados por tráfico de drogas e contrabando de armas. Todos são crimes federais. A guarda desses presos pesa também sobre a Subsecretaria de Administração Prisional. Espero que todas essas questões sejam esclarecidas para o Líder, Deputado Leonardo Moreira. Mas deixo uma palavra de apoio, de reconhecimento e elogio a esse grande militante da defesa dos direitos e garantias fundamentais, o Prof. Genilson Zeferino, que vem cumprindo um trabalho que deve ser reconhecido por toda Minas Gerais e por este parlamento. Muito obrigado, Sr. Presidente.

#### Encerramento

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

#### ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 1º/10/2007

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Roberto Carvalho, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário; Tiago Ulisses, 2º-Secretário e Alencar da Silveira Júnior, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa, através da Deliberação nº 2.405/2007, dá nova redação ao *caput* do art. 1º da Deliberação da Mesa nº 1.910/2000, que trata da concessão de auxílio-educação. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo: ao Deputado Dinis Pinheiro, processo contendo termo de aditamento ao convênio celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, tendo como objeto a mútua cooperação entre as partes para otimização do funcionamento do Posto da PMMG, situado na Praça Carlos Chagas - parecer favorável à prorrogação, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Supervisionada de Comunicação e Marketing Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de operação dos sistemas eletrônicos e de áudio e vídeo da Diretoria de Comunicação Institucional da ALMG, para realização de reportagem, locução, produção, edição, direção e disseminação de produtos de comunicação - parecer favorável à alteração do objeto, descrição da jornada de trabalho e salário da função descrita no item I do anexo I do contrato original, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Rádio e Televisão, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Telemig Celular S.A., tendo como objeto a prestação de serviço móvel celular, e serviços adicionais disponíveis através de tecnologia digital, em duzentos e oitenta acessos pela Assembléia Legislativa, nos limites da área de serviço coberta com o sinal da Telemig Celular, de acordo com o consumo efetivamente realizado no mês - parecer favorável à contratação direta, com dispensa de licitação, nos termos do art. 25, *caput*, da Lei Federal nº 8.666/93, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; ao Deputado José Henrique, o Requerimento nº 1.178/2007, dos Deputados Durval Ângelo e Weliton Prado, em que solicitam ao Ministério Público informações sobre as providências adotadas em relação à prorrogação do contrato celebrado entre o Estado de Minas Gerais e o Banco Itaú, em 2002, sem a realização do devido procedimento licitatório, e em relação ao relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Financeiro encerrada em 23/6/200, que investigou o processo de ajuste e as transformações do sistema financeiro público estadual, na década de 90, com destaque para a privatização do Banco do Estado de Minas Gerais - BEMGE - parecer pela aprovação, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.154, de 30/12/94, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.107, de 31/1/95, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 9 de outubro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 9 de outubro de 2007.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr.

#### ATA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 22/10/2007

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Doutor Viana, Presidente em exercício; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Roberto Carvalho, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário; Tiago Ulisses, 2º-Secretário e Alencar da Silveira Júnior, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa decide ajustar o atendimento das demandas de gravação da TV Assembléia à limitação de pessoal e equipamentos de que o órgão dispõe. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro, as seguintes matérias: processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Associação de Proteção à Maternidade, Infância e Adolescência de Piumhi - Apropim -, tendo como objeto a doação de um microcomputador e um impressora, inservíveis para a Casa - parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao convênio celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Câmara Municipal de Belo Horizonte, tendo como objeto a cessão de tempo de programação da TV Assembléia à Câmara - parecer favorável à prorrogação, considerando manifestações da Diretoria de Rádio e Televisão, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Oversee Tecnologia e Sistemas Ltda., tendo como objeto a prestação de serviço de codificação de sinal da TV Assembléia e provimento de "streaming media" - parecer favorável à contratação, com dispensa de licitação, nos termos do art. 24, II, da Lei Federal nº 8.666/93, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Sistemas e Informações, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a empresa Serviços e Instalações Alves Ltda., tendo como objeto a execução de reforma das esquadrias do Edifício Tiradentes - parecer favorável à contratação, oriunda do Processo Licitatório nº 034/2007, Tomada de Preços nº 002/2007, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; requerimento de natureza administrativa do Deputado Dinis Pinheiro - parecer pela aprovação, aprovado; requerimento de natureza administrativa do Deputado Walter Tosta - parecer pela aprovação, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Construtora Mattos Baracho Ltda., tendo como objeto o tratamento de fissuras e impermeabilização da cobertura do Palácio da Inconfidência - parecer favorável à contratação, resultado do Processo Licitatório nº 038/2007,

Tomada de Preços nº 003/2007, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de convênio a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Sociedade Mineira de Cultura, instituição mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - Puc -, tendo como objeto estabelecer mecanismos de cooperação técnica e científica entre os partícipes para a realização de curso de pós-graduação "lato sensu", nível especialização, em Comunicação Pública - parecer favorável, considerando a inexistência de qualquer ônus financeiro para a Assembléia e considerando também as manifestações da Escola do Legislativo, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de convênio a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Caixa de Pecúlios, Pensões e Montepios-Beneficente - Capemi -, tendo como objeto o credenciamento de consignatária, para viabilizar a averbação de consignações na folha de pagamento dos servidores da convenente, relativos a descontos de parcelas de planos previdenciários e amortizações de empréstimos - parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Pessoal, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Padrão IX - Informática e Sistemas Abertos Ltda., tendo como objeto o serviço de atualizações de versões e de suporte a programas já licenciados - parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Sistemas de Informações, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.154, de 30/12/94, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.107, de 31/1/95, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Para finalizar, o Presidente assina o seguinte ato: designando Paulo Alves de Oliveira para a Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Coordenação de Saúde e Assistência. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 30 de outubro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, aos 30 de outubro de 2007.

Doutor Viana, Presidente - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr.

#### ATA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 12/11/2007

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Roberto Carvalho, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário; Tiago Ulisses, 2º-Secretário e Alencar da Silveira Júnior, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa decide aprovar o calendário de funcionamento da Assembléia Legislativa para o exercício de 2008, ressalvadas as convocações extraordinárias e os requerimentos apresentados ao Plenário. A seguir, através da Deliberação nº 2.407/2007, a Mesa dispõe sobre a concessão de diária de viagem no âmbito da Assembléia Legislativa. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro, as seguintes matérias: processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, tendo como objeto o comodato de um piano, marca Yamaha, modelo G-3, com banquetas, para uso no teatro da comodataria - parecer favorável, considerando manifestações da Diretoria de Comunicação Institucional, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Metropolitan Life Seguros e Previdência S/A, tendo como objeto a prestação de serviços de seguro de vida para os servidores da contratante e prestamistas do Fundo de Apoio Habitacional - Fundhab - parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Pessoal, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Oracle do Brasil Sistemas Ltda., tendo como objeto a atualização de licença de software e serviço de suporte técnico - parecer favorável à contratação, com inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666/93, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Sistemas e Informações, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Fundação Hospitalar Santo Antônio, tendo como objeto a doação de um microcomputador inservível para a Casa - parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a MC Consultoria Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de consultoria nas áreas de opinião pública, análise de cenário e assessoramento estratégico - parecer favorável à contratação, com inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666/93, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Comunicação Institucional, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.154, de 30/12/94, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.107, de 31/1/95, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Para finalizar, o Presidente assina o seguinte ato: aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 22/10/2007, a servidora Pompéia Maria Soares, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, do Quadro de Pessoal desta Secretaria. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 19 de novembro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, aos 19 de novembro de 2007.

Doutor Viana, Presidente - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr.

#### ATA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 19/11/2007

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Roberto Carvalho, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário; Tiago Ulisses, 2º-Secretário e Alencar da Silveira Júnior, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro, as seguintes matérias: processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Adservis Multiperfil Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de limpeza, higienização e conservação, a serem executados nas dependências da contratante, com fornecimento de materiais e equipamentos - parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e o Centro Automotivo CIPAN Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos veículos da frota da contratante - parecer favorável à prorrogação, com redução do objeto, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência de Reprografia e Transportes, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Mendonça e Andrade Assessoria Comércio e Importação Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços técnicos de consultoria para elaboração de projetos de regularização do canal gerador e dos canais retransmissores da TV Assembléia no interior do estado, elaboração de projetos de implantação de emissora de rádio OM/FM e elaboração de novo edital de manutenção do parque de equipamentos retransmissores da TV Assembléia - parecer favorável à alteração da redação das cláusulas 2ª e 8ª, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Rádio e Televisão, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e o Centro de Educação Infantil Estrelinha do Céu, tendo como objeto a doação de um microcomputador e uma impressora, inservíveis para a Casa - parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao convênio celebrado entre esta Assembléia Legislativa e o Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, tendo como objeto estabelecer diretrizes de cooperação entre os órgãos convenientes para o

desenvolvimento de trabalhos institucionais de políticas públicas – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. A seguir, a Mesa homologa o processo licitatório oriundo do Pregão Eletrônico nº 058/2007, lote 2, destinado à aquisição de dois veículos zero quilômetro, Sprinter 313 CDI, conforme solicitação da Gerência-Geral de Suporte Logístico e autoriza a despesa decorrente, em favor da empresa Cardiesel Ltda. Isso posto, a Mesa opina favoravelmente à abertura de processo licitatório, na modalidade Tomada de Preços, tendo em vista a contratação de empresa de engenharia, pelo período de doze meses, para executar serviços de manutenção preventiva e corretiva nos sistemas de ar condicionado, equipamentos e instalações, efetuar análise de bioaerossol, efetuar análises do ar exterior e executar limpeza mecanizada do interior de dutos rígidos e substituição de dutos flexíveis, demais especificações, conforme solicitação da Gerência-Geral de Suporte Logístico. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.154, de 30/12/94, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.107, de 31/1/95, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 26 de novembro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, aos 26 de novembro de 2007.

Doutor Viana, Presidente - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr.

#### ATA DA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 26/11/2007

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Roberto Carvalho, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário; Tiago Ulisses, 2º-Secretário e Alencar da Silveira Júnior, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa decide autorizar a alienação das ações PN do capital da Telemar Norte Leste S/A., custodiadas junto ao Banco do Brasil S/A e ações OR-ACN e PC-ACN do capital da Telemig Celular S/A, custodiadas junto ao Banco ABN AMRO Real S/A. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro, as seguintes matérias: processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Ricci Diários e Publicações Ltda., tendo como objeto a aquisição de assinaturas dos jornais "Diário Oficial da União" e "Diário da Justiça da República Federativa do Brasil" - parecer favorável à contratação, com base no Pregão Presencial nº 041/2007, Processo Licitatório nº 049/2007, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a RPS – Rios, Projetos e Sistemas Ltda., tendo como objeto a cessão de uso, supervisão e manutenção do Sistema Informatizado de Administração Financeira e Controle Interno – SAFCI -, da Assembléia e seus fundos – parecer favorável à contratação, com inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666/93, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Finanças e Contabilidade, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; requerimento de natureza administrativa do Deputado Gil Pereira – parecer favorável, aprovado; requerimento de natureza administrativa do Deputado Antônio Genaro – parecer favorável, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a NET Belo Horizonte Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de conexão de dados – parecer favorável à contratação, com base no Pregão Eletrônico nº 044/2007, em conformidade com o processo licitatório nº 053/2007, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Sistemas de Informação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Generali do Brasil Cia. Nacional de Seguros, tendo em vista a prestação de serviços de seguro de imóveis e respectivos conteúdos de propriedade da ALMG – parecer favorável à prorrogação, em caráter excepcional, com base no § 4º, art. 57, da Lei Federal nº 8.666/93, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Associação dos Servidores do Legislativo de Minas Gerais – Aslemg -, tendo como objeto a locação de uma loja e dez vagas de garagem do Edifício Montesquieu, situado na Avenida Olegário Maciel, 2.161 – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.154, de 30/12/94, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.107, de 31/1/95, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 3 de dezembro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, aos 3 de dezembro de 2007.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr.

#### ATA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 3/12/2007

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Roberto Carvalho, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário; Tiago Ulisses, 2º-Secretário e Alencar da Silveira Júnior, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro, as seguintes matérias: processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e o município de Lagoa Formosa, tendo como objeto a doação de um microcomputador marca Zenith, inservível para a Casa – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – EBCT -, tendo como objeto a prestação de serviços e venda de produtos – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.154, de 30/12/94, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.107, de 31/1/95, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 5 de dezembro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, aos 5 de dezembro de 2007.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr.

#### ATA DA 17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 9/10/2007

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Roberto Carvalho, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário; Tiago Ulisses, 2º-Secretário e Alencar da Silveira Júnior, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa, através da Deliberação nº 2.406/2007, acrescenta o § 2º ao art. 23 e altera o Anexo I da Deliberação da Mesa nº 2.348/2004, que regulamenta a Lei nº 15.014/2004, e a Resolução nº 5.214/2003, que alteram o Sistema de Carreira dos Servidores da Secretaria da Assembléia Legislativa. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro, as seguintes matérias: processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Superview Comunicação e Marketing Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de operação dos sistemas eletrônicos e de áudio e vídeo da Diretoria de Comunicação Institucional da Contratante, para a realização de reportagem, locução, produção, edição, direção e disseminação de produtos de comunicação – parecer favorável à alteração do objeto, descrição da jornada de trabalho e salário da função descrita no item I, do anexo I do contrato original, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Rádio e Televisão, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Escola Luminarensense de Música, do município de Luminárias, tendo como objeto a doação de um microcomputador, inservível para a Casa – parecer favorável considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável, tendo como objeto a doação de papel inservível – parecer favorável à prorrogação, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.154, de 30/12/94, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.107, de 31/1/95, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Para finalizar, o Presidente assina os seguintes atos: dispensando o servidor Paulo Henrique Chiarelli e a servidora Maria de Fátima Silva, respectivamente membro e membro suplente da Comissão Permanente de Licitação, designando, para integrá-la, como membro, o servidor José Henrique Ribeiro Campos, e como membro suplente, o servidor Paulo Henrique Chiarelli. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 16 de outubro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, aos 16 de outubro de 2007.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr.

#### ATA DA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 16/10/2007

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Roberto Carvalho, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário; Tiago Ulisses, 2º-Secretário e Alencar da Silveira Júnior, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa decide alterar o adicional de periculosidade fixado na Decisão da Mesa de 1º/3/2003, incidente sobre o vencimento básico do servidor que se enquadre na situação de risco, a partir de 1º de outubro de 2007. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro, as seguintes matérias: processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Gesmaq Comércio e Serviços Ltda., tendo como objeto a manutenção preventiva e corretiva em equipamentos gráficos – parecer favorável à contratação, resultante do Pregão Presencial nº 033/2007, em conformidade com o processo licitatório nº 040/2007, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência de Reprografia e Transportes, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Telemar Norte Leste S/A., tendo como objeto a prestação de serviços de provimento de conexão da Contratante ao Procon Praça Sete – parecer favorável à contratação, com base no Pregão Eletrônico 002/2007 – Processo Licitatório nº 002/2007, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Sistemas de Informação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a WMW Sistemas de Vídeo Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, elaboração e execução de projetos de instalação e remanejamento de equipamentos novos ou já existentes, consultoria técnica, suporte técnico e treinamento para utilização de equipamentos e acessórios de captação de áudio e vídeo, de copiagem de fitas, edição, pós-produção, distribuição e exibição de sinais de rádio e televisão e de circuito interno de televisão – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Rádio e Televisão, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Laser Toner do Brasil Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de remanufaturamento de cartuchos de toner – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Após, a Mesa opina pelo indeferimento do recurso apresentado pela servidora Maria Leticia Albuquerque Maranhão de Oliveira, nos termos do Parecer nº 4937/2007, da Procuradoria-Geral da Casa, mantendo, assim, as decisões tomadas pelo Conselho de Administração de Pessoal, em sua reunião de 27/4/2007, e pelo Conselho de Diretores, em sua reunião de 2/8/2007. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.154, de 30/12/94, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.107, de 31/1/95, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 22 de outubro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, aos 22 de outubro de 2007.

Doutor Viana, Presidente - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr.

#### ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 30/10/2007

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Doutor Viana, Presidente em exercício; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Roberto Carvalho, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário; Tiago Ulisses, 2º-Secretário e Alencar da Silveira Júnior, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro, as seguintes matérias: processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Associação Profissionalizante do Menor de Belo Horizonte – Assprom -, tendo como objeto a prestação de serviços de Trabalhadores-Mirins – parecer favorável à contratação, com inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25, "caput", da Lei nº 8.666/93, conforme Parecer nº 4943/2007, da Procuradoria-Geral da Casa, e considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a empresa Carena Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de reformas em "lay outs" – parecer favorável à contratação, com base no Pregão Presencial nº 040/2007, Processo Licitatório nº 048/2007, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral da Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Apollo Divisórias Ltda., tendo como objeto o fornecimento e instalação de forro removível em placas de gesso – parecer favorável à contratação, com base no Pregão Presencial nº 045/2007, Processo Licitatório nº 054/2007, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº



5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.154, de 30/12/94, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.107, de 31/1/95, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 7 de novembro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, aos 7 de novembro de 2007.

Doutor Viana, Presidente - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr.

#### ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 7/11/2007

Às 10 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Doutor Viana, Presidente em exercício; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Roberto Carvalho, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário; Tiago Ulisses, 2º-Secretário e Alencar da Silveira Júnior, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa decide que os pagamentos relativos à folha de pessoal da Assembléia Legislativa serão efetuados exclusivamente por meio do Banco do Brasil, considerando a celebração de contrato entre a Casa e a instituição bancária. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro, as seguintes matérias: processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Máxis Informática Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de suporte e manutenção técnica de sistema computadorizado para controle e apuração de registro de frequência - parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Sistemas de Informação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Via das Flores Ltda., tendo como objeto o fornecimento de flores naturais e ornamentação para eventos - parecer favorável à contratação, com base no Pregão Presencial nº 38/2007 - Processo Licitatório nº 45/2007, autorizando a despesa, considerando manifestações da Coordenação de Relações Públicas e Cerimonial, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.154, de 30/12/94, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.107, de 31/1/95, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 12 de novembro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, aos 12 de novembro de 2007.

Doutor Viana, Presidente - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr.

#### ATA DA 2ª REUNIÃO Conjunta das Comissões de Participação Popular e de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 29/11/2007

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, Eros Biondini e Carlin Moura, membros da Comissão de Participação Popular; o Deputado Carlin Moura, membro da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Eros Biondini, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir, em audiência pública, o Estatuto da Juventude e o Plano Nacional da Juventude. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir a Deputada Federal Manuela Pinto Vieira d'Ávila; e os Srs. Edson Pistori, Coordenador Executivo da Conferência Nacional da Juventude, Roberto Tross, Coordenador Especial da Juventude, da Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude; Nelson Santos Júnior, Coordenador Municipal de Juventude da Prefeitura de Belo Horizonte; e Diogo Santos, Presidente da União Estadual Estudantil, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Carlin Moura, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de abril de 2008.

André Quintão, Presidente - Eros Biondini - Carlin Moura - Deiró Marra - João Leite.

#### ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 7/4/2008

Às 14h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Fábio Avelar, Wander Borges e Antônio Carlos Arantes (substituindo este ao Deputado Inácio Franco, por indicação da Liderança do BPS), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, na ausência do Presidente, o Vice-Presidente, Deputado Fábio Avelar, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Wander Borges, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir, em audiência pública, assuntos referentes à autorização concedida à empresa Top Empreendimentos Ltda. para a realização de bota-fora nas proximidades do Bairro Jardim da Torre e de região de preservação ambiental no Município de Nova Lima e comunica o recebimento de ofício do Sr. Alexandre Magrineli dos Reis, Chefe de Gabinete da Fundação Estadual de Meio Ambiente - Feam -, prestando informações a respeito da autorização concedida à empresa Top Empreendimentos Ltda. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Evandro Florêncio, técnico da Superintendência da Região Central Metropolitana de Meio Ambiente - Supram Central -, representando o Sr. José Cláudio Junqueira, Presidente da Feam; Antônio Henrique dos Santos, Secretário Municipal de Meio Ambiente de Nova Lima, representando o Sr. Carlos Roberto Rodrigues, Prefeito desse Município; e Luiz Roberto Camargo, representando o Sr. João Lucas Turner, responsável pela empresa Top Empreendimentos Ltda., que são convidados a tomar assento à mesa. O Deputado Deputado Fábio Avelar, autor do requerimento que deu origem ao debate, faz suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Neste momento, o Deputado Sávio Souza Cruz, Presidente da Comissão, comparece à reunião e assume a direção dos trabalhos. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado Sávio Souza Cruz, em que solicita seja enviado ofício à Prefeitura Municipal de Nova Lima para que encaminhe a esta Comissão cópia de inteiro teor dos seguintes documentos: processo de licenciamento do empreendimento de terraplanagem e aterramento de responsabilidade da empresa Top Empreendimentos Ltda. em área de acesso e vizinha ao Bairro Jardim da Torre, nesse Município; termo de embargo da referida obra e sua justificativa; e planta da área mostrando a via de acesso que, conforme informação do representante da Prefeitura, estaria sendo recuperada pelo empreendimento; seja enviado ofício à Feam/Supram Central solicitando que seja avocado pelo Estado o licenciamento do empreendimento de terraplanagem e aterramento sob responsabilidade da empresa Top Empreendimentos Ltda., em área de acesso ao Bairro Jardim da Torre, em Nova Lima, tendo em vista tratar-se de uma área de fronteira entre Municípios, localizada em terrenos situados na Apa-Sul; e seja realizada audiência pública para discutir a observância das normas ambientais vigentes, em especial a Lei nº 12.503, de 30/5/97, a qual cria o Programa Estadual de Conservação da Água. A Presidência faz a leitura de requerimento de sua autoria, que será apreciado

oportunamente, em que solicita a realização de audiência pública para discutir o impacto ambiental das ações do governo estadual e federal na região de Confins, onde está prevista a construção da Linha Verde, o anúncio de construção do anel viário Norte, a construção do Centro Administrativo do Estado e a transferência de vôos. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece aos convidados e demais participantes, pela presença e pelos importantes subsídios prestados à Comissão, agradece o comparecimento dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de abril de 2008.

Sávio Souza Cruz, Presidente - Fábio Avelar - Wander Borges - Inácio Franco - Almir Paraca.

#### ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 9/4/2008

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Mosconi, Hely Tarquínio, Carlos Pimenta e Doutor Rinaldo, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Doutor Rinaldo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência acusa o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Sr. Maurício Duarte, Presidente da Associação Comunitária de Assistência e Defesa à Saúde, publicada no "Diário do Legislativo" (4/4/2008) e o Relatório de Gestão 2007, balanço social e de atividades da Irmandade do Hospital da Santa Casa de Poços de Caldas. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projeto de Lei nº 2.143/2008, em turno único (Deputado Carlos Pimenta). A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Castinaldo Bastos Santos e Luiz Roberto Capistrano Costa Silva, respectivamente, Presidente e advogado do Sindicato dos Hospitais, Clínicas e Casas de Saúde do Estado de Minas Gerais, que irão expor a atuação dos médicos em sistema de Cooperativas, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela rejeição, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 232/2007 (relator: Deputado Carlos Pimenta) e 1.762/2007 (relator: Deputado Doutor Rinaldo); e pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.950/2007 (relator: Deputado Hely Tarquínio) na forma do Substitutivo nº 1 apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 2.038/2008 (relator: Deputado Carlos Pimenta), 2.062/2008 (relator: Deputado Hely Tarquínio), 2.057/2008 (relator: Deputado Doutor Rinaldo). Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos: dos Deputados Doutor Viana, em que solicita sejam recebidos nesta Comissão os Srs. Castinaldo Bastos Santos e Luiz Roberto Capistrano Costa Silva, respectivamente, Presidente e advogado do Sindicato dos Hospitais, Clínicas e Casas de Saúde do Estado de Minas Gerais, que irão expor a atuação dos médicos em sistema de Cooperativas; Hely Tarquínio (2), em que solicita audiência pública para debater a ortotanásia, com convidados que menciona, audiência pública para discutir a realização de transplante renal pelo Hospital Felício Rocho em convênio com o Sistema Único de Saúde, com convidados que menciona; Dinis Pinheiro, em que solicita audiência pública desta Comissão conjuntamente com a Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, para discutir o aumento acima da inflação praticado pelos laboratórios em 208 medicamentos, conforme editorial publicado pelo jornal Estado de Minas do dia 5/4/2008; Maria Lúcia Mendonça, em que solicita que esta Comissão esclareça junto à Secretaria Estadual de Saúde as falhas que tem havido no fornecimento dos medicamentos Insulina NPH e R, principalmente a R, para os diabéticos da cidade de Cataguases; Carlos Mosconi e Doutor Rinaldo (2), em que pleiteiam seja enviado ofício à Comissão Nacional de Residência Médica pedindo a alteração na Resolução CNRM nº 8, de 5/8/2004, que dispõe sobre a seleção pública dos candidatos aos Programas de Residência Médica, tornando obrigatória a prova prática nesse processo; seja solicitado à Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais- Fhemig o aumento do número de vagas para residência médica nas unidades assistenciais pertencentes à Fundação. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e dos convidados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de abril de 2008.

Hely Tarquínio, Presidente - Carlos Pimenta - Doutor Rinaldo - Ruy Muniz - Fahim Sawan.

#### ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 15/4/2008

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, Luiz Tadeu Leite, João Leite, Ruy Muniz e Walter Tosta, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Antônio Júlio. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ruy Muniz, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir a inobservância, por parte das empresas de transporte, da Lei nº 9.760, de 20/4/89, regulamentada pelo Decreto nº 32.649 de 13/3/91, que concede passe-livre aos deficientes físicos, mentais e visuais e às pessoas com idade superior a 65 anos, no transporte coletivo intermunicipal do Estado. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 1.956/2007, no 1º turno (Deputado João Leite) e 2.189/2008, em turno único (Deputado Ruy Muniz). A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. João Afonso Baeta Costa Machado, Chefe de Gabinete, representando José Elcio Santos Monteze, Diretor-Geral do DER-MG; Gilberto Dias de Souza, Assessor Jurídico, representando Marcelo Rodrigo Barbosa, Coordenador do Procon Assembléia; Nelson Luiz dos Santos Garcia, Superintendente de Políticas para Apoio e Assistência à Pessoa com Deficiência, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes; e das Sras. Júnia Elizabeth dos Reis Rezende, Assessora Jurídica, representando José Antônio Baêta de Melo Cançado, Promotor de Justiça da Comarca de Belo Horizonte; Zaira Carvalho Silveira, Assessora Jurídica, representando Waldemar Araújo, Presidente da Federação das Empresas de Transporte de Passageiros de Minas Gerais - Fetran -, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Ruy Muniz, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Deiró Marra em que solicita seja realizada visita da Comissão e da Comissão de Segurança Pública à cadeia pública de Patrocínio, tendo em vista as condições precárias em que esta se encontra, a superlotação e as tentativas de fugas já ocorridas; Ruy Muniz (3) em que pleiteia ao Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas a celebração de convênio com a Federação das Empresas de Transportes de Passageiros de Minas Gerais - Fetran -, com o objetivo de conceder passe-livre aos deficientes e idosos, em cumprimento da Lei nº 10.419 e do Decreto nº 32.649; seja realizada reunião conjunta da Comissão e da Comissão de Saúde para, em audiência pública, com os convidados que menciona, debaterem as demissões de servidores com contrato administrativo, da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais; seja formulado apelo ao Diretor-Geral do Detran-MG com vistas à tomada de providências para dotar uma clínica conveniada nas macrorregiões do Estado de mecanismos que possibilitem a realização dos exames médicos necessários para obtenção da carteira de habilitação aos deficientes físicos; Walter Tosta e Ruy Muniz em que pleiteiam ao Presidente desta Casa a votação, pelo Plenário, com a maior brevidade possível, do Projeto de Resolução nº 716/2007. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de abril de 2008.

Luiz Tadeu Leite, Presidente - João Leite.

## ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 22/4/2008

### 1ª Parte

#### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

#### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

#### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

#### 2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 37/2007, do Governador do Estado, que extingue cargos de provimento em comissão do Quadro Específico de Pessoal da Advocacia-Geral do Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 612/2007, do Deputado Weliton Prado, que dispõe sobre o financiamento para a formação de cooperativas com a finalidade de coletar materiais inorgânicos passíveis de reciclagem. A Comissão de Turismo opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 973/2007, dos Deputados Fábio Avelar e Adalclever Lopes, que institui diretrizes para a medição individualizada do consumo de água nas edificações prediais verticais ou condominiais, residenciais, comerciais e de uso misto. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.583/2007, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 14.940, de 29/12/2003, que institui o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais e a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental do Estado de Minas Gerais - TFAMG - e dá outras providências. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.673/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Taiobeiras o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.674/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Carangola o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.675/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Brasília de Minas os imóveis que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.682/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Varginha o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.690/2007, do Deputado Carlos Mosconi, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Poços de Caldas o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.806/2007, do Governador do Estado, que autoriza o DER-MG a doar ao Estado de Minas Gerais o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 89/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que proíbe a venda e o consumo de bebida alcoólica nas dependências de estádios de futebol das administrações públicas direta e indireta do Estado nos dias de jogos. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de

Segurança Pública.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 521/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que autoriza o Poder Executivo a reverter imóvel que descreve ao Município de Passa-Tempo. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 952/2007, do Deputado Roberto Carvalho, que dispõe sobre a Bolsa Verde, o Programa de Identificação, Catalogação e Preservação de Nascente de Água no Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Meio Ambiente.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.329/2007, do Deputado Inácio Franco, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pará de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.402/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que altera o disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 16.566, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pavão o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.431/2007, do Deputado Alberto Pinto Coelho, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Diamantina o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.504/2007, do Deputado Leonardo Moreira, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Alpinópolis. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.680/2007, da Deputada Maria Lúcia Mendonça, que altera a Lei nº 16.669, de 8/1/2007, que estabelece normas para a adoção de material didático - escolar pelos estabelecimentos de educação básica da rede particular e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça, e com a Emenda nº 3, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.686/2007, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conceição da Barra de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Prosseguimento da discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.096/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o BID, destinada ao financiamento do Programa de Universalização do Acesso a Serviços de Telecomunicações em Minas Gerais - Minas Comunica - e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.397/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que dá nova redação ao inciso V do art. 2º da Lei nº 13.449, de 10/1/, que cria o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Comércio Exterior do Aeroporto Internacional Tancredo Neves - Pró-Confins - e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Assuntos Municipais opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.978/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Estado de Minas Gerais a pagar compensação e pensão indenizatória por danos materiais e morais às famílias das vítimas que morreram nos incêndios ocorridos nas cadeias públicas localizadas nos Municípios de Ponte Nova e de Rio Piracicaba. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto e pela rejeição da Emenda nº 1, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9h30min DO DIA 22/4/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.611/2007, do Deputado Doutor Viana; 2.158/2008, da Deputada Maria Lúcia Mendonça; 1.455/2007, da Deputada Ana Maria Resende; 1.628/2007, do Deputado Célio Moreira; 1.898/2007, do Deputado Roberto Carvalho; 1.927/2007, do Deputado Antônio Genaro; 1.981/2008, do Deputado Carlin Moura; 1.984/2008, do Deputado Délio Malheiros; 2.030/2008, do Deputado Irani Barbosa; 2.031/2008, do Deputado João Leite; 2.134/2008, do Deputado Ademir Lucas; 2.179/2008, do Deputado Gustavo Valadares; 2.219 e 2.220/2008, do Deputado Doutor Rinaldo; 2.222/2008, do Deputado Mauri Torres; 2.239/2008, do Deputado Lafayette de Andrada.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 398/2007, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 1.765, 1.894 e 1.895/2007, do Deputado Padre João; 2.109/2008, do Deputado Paulo Guedes; 2.127/2008, do Deputado Wander Borges; 2.136/2008, do Deputado Bráulio Braz; 2.146/2008, da Deputada Elisa Costa; 2.212 e 2.213/2008, do Governador do Estado; 2.223/2008, do Deputado Paulo Cesar; 2.225/2008, do Deputado Dalmo

Ribeiro Silva; 2.226/2008, do Deputado Adalclever Lopes; 2.227/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.228/2008, do Deputado Dimas Fabiano; 2.235/2008, da Deputada Maria Lúcia Mendonça; 2.236/2008, do Deputado Eros Biondini; 2.238/2008, do Deputado Juninho Araújo; 2.240/2008, do Deputado Roberto Carvalho; e 2.241/2008, do Deputado Zezé Perrella.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 22/4/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.193/2008, do Deputado Doutor Viana; 2.194/2008, do Deputado Eros Biondini.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 horas DO DIA 22/4/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.\

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.022/2007, da Deputada Elisa Costa.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.893/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.160/2008, do Deputado Roberto Carvalho.

Requerimentos nºs 2.143/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.167/2008, do Deputado Doutor Viana; 2.192/2008, do Deputado Ademir Lucas.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 horas DO DIA 22/4/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Resolução nº 2.150/2008, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial.

Realização de debate sobre as regras para utilização de agrotóxicos e soluções viáveis para o correto descarte das embalagens.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 horas DO DIA 22/4/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 2.162/2008, do Deputado Vanderlei Miranda.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.973/2007, do Governador do Estado, e 1.949/2007, da Deputada Ana Maria Resende.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 2.146/2008, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 22/4/2008, destinada à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; à apreciação de pareceres e requerimentos e à apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 37/2007, do Governador do Estado, que extingue cargos de provimento em comissão do Quadro Específico de Pessoal da Advocacia-Geral do Estado e dá outras providências; dos Projetos de Lei nºs 89/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que proíbe a venda e o consumo de bebida alcoólica nas dependências de estádios de futebol das administrações públicas direta e indireta do Estado nos dias de jogos; 521/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que autoriza o Poder Executivo a reverter imóvel que descreve ao Município de Passa-Tempo; 612/2007, do Deputado Weliton Prado, que dispõe sobre o financiamento para a formação de cooperativas com a finalidade de coletar materiais inorgânicos passíveis de reciclagem; 952/2007, do Deputado Roberto Carvalho, que dispõe sobre a Bolsa Verde, o Programa de Identificação, Catalogação e Preservação de Nascente de Água no Estado de Minas Gerais; 973/2007, dos Deputados Fábio Avelar e Adalclever Lopes, que institui diretrizes para a medição individualizada do consumo de água nas edificações prediais verticais ou condominiais, residenciais, comerciais e de uso misto; 1.329/2007, do Deputado Inácio Franco, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pará de Minas o imóvel que especifica; 1.397/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que dá nova redação ao inciso V do art. 2º da Lei nº 13.449, de 10/1/2000, que cria o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Comércio Exterior do Aeroporto Internacional Tancredo Neves - Pró-Confins - e dá outras providências; 1.402/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que altera o disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 16.566, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pavão o imóvel que especifica; 1.431/2007, do Deputado Alberto Pinto Coelho, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Diamantina o imóvel que especifica; 1.504/2007, do Deputado Leonardo Moreira, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Alpinópolis; 1.583/2007, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 14.940, de 29/12/2003, que institui o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais e a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental do Estado de Minas Gerais - TFAMG - e dá outras providências; 1.673/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Taiobeiras o imóvel que especifica; 1.674/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Carangola o imóvel que especifica; 1.675/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Brasília de Minas os imóveis que especifica; 1.680/2007, da Deputada Maria Lúcia Mendonça, que altera a Lei nº 16.669, de 8/1/2007, que estabelece normas para a adoção de material didático-escolar pelos estabelecimentos de educação básica da rede particular e dá outras providências; 1.682/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Varginha o imóvel que especifica; 1.686/2007, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conceição da Barra de Minas o imóvel que especifica; 1.690/2007, do Deputado Carlos Mosconi, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Poços de Caldas o imóvel que especifica; 1.806/2007, do Governador do Estado, que autoriza o DER-MG a doar ao Estado de Minas Gerais o imóvel que especifica; 1.978/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Estado de Minas Gerais a pagar compensação e pensão indenizatória por danos materiais e morais às famílias das vítimas que morreram nos incêndios ocorridos nas cadeias públicas localizadas nos Municípios de Ponte Nova e de Rio Piracicaba; e 2.096/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o BID, destinada ao financiamento do Programa de Universalização do Acesso a Serviços de Telecomunicações em Minas Gerais - Minas Comunica - e dá outras providências; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 18 de abril de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

## MANIFESTAÇÕES

### MANIFESTAÇÕES

A Assembléia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de aplauso à Unimed-BH pelo transcurso do 37º aniversário de sua fundação (Requerimento nº 2.066/2008, do Deputado Doutor Viana);

de aplauso ao Palácio das Artes pela comemoração de seus 37 anos de fundação (Requerimento nº 2.127/2008, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com a Associação Médica de Minas Gerais pela posse de sua nova diretoria (Requerimento nº 2.129/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Superintendente de Finanças da Secretaria de Estado de Saúde, por ocasião dos 30 anos de sua coluna no "Jornal de Patrocínio" (Requerimento nº 2.130/2008, do Deputado Deiró Marra);

de congratulações com a revista "Encontro" pelo transcurso do 6º ano de sua fundação (Requerimento nº 2.131/2008, do Deputado Dinis Pinheiro);

de aplauso ao Consórcio dos Municípios do Lago de Três Marias - Comlago - por seus 7 anos de fundação (Requerimento nº 2.133/2008, do Deputado Doutor Viana);

de aplauso à Associação Médica de Minas Gerais pelos 61 anos da constituição de sua primeira diretoria (Requerimento nº 2.134/2008, do Deputado Doutor Viana);

de aplauso à Primeira Igreja Batista de Cataguases pelo transcurso do 47º aniversário de sua fundação (Requerimento nº 2.135/2008, da Deputada Maria Lúcia Mendonça);

de aplauso ao jornal "Notícias de Montes Claros" pelo transcurso do 19º aniversário de sua fundação (Requerimento nº 2.136/2008, do Deputado Paulo Guedes).

de congratulações com a comunidade de Simão Pereira pelo transcurso do 45º aniversário de emancipação desse Município (Requerimento nº 2.137/2008, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com o Hospital das Clínicas da UFMG por ser o primeiro hospital universitário a receber do Unicef o título de Hospital Amigo da Criança (Requerimento nº 2.142/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a comunidade de Igaratinga pelo transcurso do 46º aniversário de sua emancipação (Requerimento nº 2.157/2008, do Deputado Domingos Sávio);

de congratulações com o Santuário do Caraça pelo lançamento do "Guia do Arquivo do Santuário do Caraça - Preservação e Acesso", no ano em que comemora 188 anos de fundação (Requerimento nº 2.181/2008, da Comissão de Cultura);

de aplauso aos Srs. Pedro Ferreira e Thiago Herdy, jornalistas do "Estado de Minas", pela matéria "Dívida de drogas paga com vidas", publicada no referido jornal, Caderno Gerais, do dia 3/4/2008 (Requerimento nº 2.183/2008, da Comissão de Segurança Pública).

de congratulações com o Sr. Vital do Rêgo Filho por sua posse como Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados (Requerimento nº 2.197/2008, da Comissão de Defesa do Consumidor).

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 14/4/08, o Sr. Presidente nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando José Eustáquio de Freitas do cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo, padrão VL-29, código AL-EX-03, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD;

nomeando Rozário Ribeiro Lima para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo, padrão VL-29, código AL-EX-03, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD.

### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2008

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2008

Objeto: contratação de seguro de acidentes pessoais coletivo para motoristas e servidores da ALMG

Pregoeira vencedora: Caixa Seguradora S.A.

Belo Horizonte, 18 de abril de 2008.

Eduardo de Mattos Fiuza, pregoeiro.

### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2008

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2008

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 7/5/2008, às 14h30min, pregão presencial, do tipo menor preço global, tendo como finalidade a contratação de empresa para fornecer e instalar divisórias.

O edital encontra-se à disposição dos interessados no "site" [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br), bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, 79 (Ed. Tiradentes), 14º andar, onde poderá ser retirado, no horário das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 (dez centavos) por folha ou, gratuitamente, em meio eletrônico. Neste caso, o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 18 de abril de 2008.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

### TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Rouxinol Viagens e Turismo Ltda. Objeto: contratação de empresa

prestadora dos serviços de locação de transporte rodoviário, como serviço de motorista, em ônibus, a ser utilizado em viagens na Região Metropolitana de Belo Horizonte e demais localidades no território nacional, incluindo seguro total. Objeto deste aditamento: majoração do objeto do contrato em 25%. Vigência: a mesma do contrato original. Dotação orçamentária: 33903900.

## ERRATA

### PARECER SOBRE AS EMENDAS Nºs 3 A 9 AO PROJETO DE LEI Nº 1.677/2007

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 12/3/2008, na pág. 37, col. 2, na Emenda nº 11, onde se lê:

"Dê-se ao art. 17 do Substitutivo nº 1 a seguinte redação", leia-se:

"Dê-se ao 'caput' do art. 17 do Substitutivo nº 1 a seguinte redação".